



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 – S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Autor: Vereador Horácio Pereira)

REQUER DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS ACERCA DE TRAMITAÇÕES DOCUMENTAIS NO SISTEMA 1DOC E PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS RELATIVAS A DENÚNCIAS ENVOLVENDO SERVIDORES DA PASTA.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta para apreciação e deliberação do Soberano Plenário o seguinte REQUERIMENTO:

REQUEIRO do Executivo Municipal às seguintes informações:

- 1- Cópia integral e inalterada do documento original gerado no sistema 1Doc sob a numeração “Ofício 12 - Processo 6.548/2025”, no dia 25/02/2026 às 18h18min37s, bem como o histórico de visualizações, movimentações internas e destinatários do referido documento antes de seu cancelamento ocorrido em 26/02/2026 às 11h16min10s.
- 2- Esclarecimentos formais acerca da base legal e administrativa que fundamentou a justificativa de “processo sigiloso” utilizada para o cancelamento da referida tramitação no sistema oficial da Prefeitura Municipal.
- 3- Informação se o Poder Executivo Municipal e a Controladoria Interna do Município têm ciência dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência nº 2026.93567, datado de 22/03/2026, e, em caso positivo, se foi instaurada sindicância administrativa, procedimento investigativo interno ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apuração da conduta dos servidores públicos eventualmente citados na denúncia.
- 4- Cópia integral de eventuais ofícios, notificações, comunicações ou depoimentos em caráter sigiloso encaminhados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso à Secretaria Municipal de Saúde durante o mês de fevereiro de 2026, referentes a investigações envolvendo supostas fraudes em laudos do Laboratório POP EXAMES LTDA.
- 5- Caso existam os documentos descritos no item anterior, informar quais providências administrativas foram adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para garantir a guarda documental, o sigilo legal das informações, a rastreabilidade de acesso aos autos e a



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 – S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

proteção dos denunciantes, especialmente diante da possibilidade de vazamento de informações funcionais e/ou sigilosas.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se na necessidade de garantir transparência, legalidade, controle institucional e resguardo da moralidade administrativa no âmbito da Administração Pública Municipal.

Conforme narrado em documentação já tornada de conhecimento público, foi registrado o Boletim de Ocorrência nº 2026.93567, em 22 de março de 2026, no qual um cidadão relata suposto vazamento de informações sigilosas oriundas de procedimento relacionado ao Ministério Público, fato que, em tese, teria culminado em ameaças à sua integridade física.

Além disso, constam registros no Sistema 1Doc da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, especificamente no Processo nº 6.548/2025, indicando a criação do documento denominado “Ofício 12” em 25/02/2026 às 18h18min37s, seguido de seu cancelamento em 26/02/2026 às 11h16min10s, sob a justificativa de que se trataria de “processo sigiloso”, conforme anotação posterior registrada no Ofício 15.

É dever constitucional do Poder Legislativo Municipal exercer sua função fiscalizatória, especialmente quando há indícios de possível irregularidade administrativa, supressão de registros públicos, restrição de acesso documental sem a devida fundamentação legal, ou eventual violação de dever funcional por parte de agentes públicos.

A classificação de documentos como sigilosos, bem como eventual cancelamento de tramitações em sistema oficial, deve observar critérios legais objetivos, motivação expressa e responsabilização funcional, não podendo ser utilizada de forma genérica, informal ou sem respaldo jurídico.

Dessa forma, o presente requerimento busca esclarecer os fatos, identificar eventuais providências já adotadas pela Administração Pública e assegurar que os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estejam sendo devidamente observados.

Tangará da Serra, 26 de Março 2026.

Horácio Pereira
Vereador - Republicanos